



## AGRICULTURA FAMILIAR: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

ANDRADE, Lilian

Primo

ARECO, Silvino

Ao longo das últimas décadas, a inserção da mulher nos espaços de decisão no Brasil tem sido marcada por um processo de reconfiguração de papéis, embora ainda confronte desafios estruturais como a desigualdade de gênero e a invisibilidade social. No meio rural, especificamente no âmbito da agricultura familiar, a atuação feminina constitui o pilar de sustentação da produção diversificada e da segurança alimentar. Entretanto, persiste o fenômeno da invisibilidade do trabalho feminino, frequentemente relegado à categoria de "ajuda" ou extensão das atividades domésticas. O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação das mulheres na agricultura familiar no município de Naviraí-MS, investigando as dimensões sociais, econômicas e culturais dessa inserção, com ênfase na atuação da Associação das Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na observação participante e em relatos coletados na Feira de Agricultura Familiar de Naviraí (Feira do Galo). A fundamentação teórica ancora-se nos conceitos de patriarcado e divisão sexual do trabalho. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços significativos no protagonismo econômico e no empoderamento feminino através do associativismo e das políticas públicas (PAA/PNAE), permanecem estruturas patriarcais que limitam a autonomia plena e o reconhecimento formal das mulheres como agricultoras. Conclui-se que espaços como a feira livre e as associações são territórios de resistência e transição da invisibilidade para o protagonismo produtivo.

**Palavras-chave:** Mulher Rural. Agricultura Familiar. Relações de Gênero. Naviraí-MS. Empoderamento.

### INTRODUÇÃO

A mulher ocupa, na contemporaneidade, uma posição central nos debates sociais, políticos e econômicos, protagonizando a luta contínua por direitos e reconhecimento. Embora a Constituição Federal de 1988 — marco cidadão fundamental — assegure em seu Art. 5º a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, a efetivação dessa isonomia ainda encontra severos entraves na prática social brasileira. Como destaca a ANOREG-SP (2018), a igualdade constitucional é um fenômeno histórico recente, com pouco mais de três décadas, o que justifica a persistência de abismos sociais que a legislação, por si só, ainda não conseguiu transpor.

Historicamente, a construção social do gênero associou a mulher ao espaço doméstico e reprodutivo, delegando-lhe a responsabilidade exclusiva pelo cuidado da casa e da família. No meio rural, essa



dicotomia foi reforçada por uma estrutura patriarcal rígida, onde as atividades produtivas e a gestão econômica eram atribuídas aos homens, restando às mulheres o papel de "ajudantes" ou "auxiliares" (SILVA, 2019). Essa invisibilidade do trabalho feminino no campo é um traço cultural que, segundo Brumer (2004), mascara a importância econômica da mulher na manutenção da unidade produtiva.

Conforme aponta Scavone (1998), as transformações no papel social da mulher são marcadas por conflitos e resistências, uma vez que confrontam estruturas históricas de poder e decisão. Mesmo diante de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) e levantamentos de safra (CONAB, 2021) que demonstram a presença ativa feminina no campo, o reconhecimento dessa força de trabalho ainda é um desafio, especialmente no acesso a políticas públicas e à titularidade da terra (SCHWENDLER, 2019).

Nesse contexto, a agricultura familiar emerge como um espaço estratégico e complexo para a análise das relações de gênero, pois nela se fundem, em um mesmo território, as relações de trabalho, a vida familiar e a produção econômica (BEM, 2020). É neste cenário que se insere o município de Naviraí-MS. Região onde a agricultura familiar desempenha papel relevante na economia local e na segurança alimentar, Naviraí reflete as contradições nacionais: é um espaço de intensa atuação feminina, porém ainda marcado por desigualdades de gênero herdadas de um modelo agrário conservador.

Diante do exposto, este trabalho busca compreender como se dá a participação das mulheres na agricultura familiar em Naviraí-MS. A pesquisa propõe-se a analisar não apenas a presença física dessas mulheres nas lavouras, mas seus desafios cotidianos, suas conquistas em termos de autonomia e as perspectivas para a superação da invisibilidade histórica que ainda permeia o meio rural.

## **1. A AGRICULTURA NO BRASIL: ENTRE A COMMODITY E A MESA**

O Brasil consolidou-se como uma das maiores potências agrícolas globais, figurando entre os líderes na produção e exportação de grãos. Segundo dados da **CONAB (2021)**, o país abriga mais de 4,1 milhões de produtores rurais, formando um mosaico produtivo onde a agricultura familiar detém um papel vital. Enquanto o agronegócio foca na balança comercial, a agricultura familiar é a verdadeira garantidora da segurança alimentar nacional, sendo responsável pela produção majoritária de alimentos básicos como feijão, mandioca, milho e as hortaliças.

Para além da função produtiva, este setor é um pilar socioeconômico: gera empregos, promove a sucessão rural e sustenta o desenvolvimento sustentável. Nesse ecossistema, a atuação feminina é um motor indispensável, abrangendo desde o manejo direto da terra até o beneficiamento e a comercialização dos produtos, embora essa força de trabalho nem sempre receba o devido destaque nas estatísticas oficiais.

## **2. O CENÁRIO AGRÁRIO NO MATO GROSSO DO SUL**

Mato Grosso do Sul é um expoente do agronegócio nacional, ocupando, conforme o MS GOV (2018), o posto de um dos cinco maiores produtores de grãos do país. Entretanto, sob a sombra das grandes



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



extensões de soja e milho voltadas à exportação, pulsa uma agricultura familiar robusta, essencial para o abastecimento dos mercados internos e para a manutenção da soberania alimentar regional.

Essa coexistência entre o latifúndio e a pequena propriedade revela uma **assimetria de forças** no campo sul-mato-grossense. Enquanto o agronegócio de larga escala concentra os maiores investimentos e tecnologias, a agricultura familiar desempenha uma função social estratégica. Segundo **Schwendler (2019)**, a estrutura agrária do estado é marcada por uma histórica concentração de terras que acaba por invisibilizar os pequenos núcleos produtivos, onde a gestão feminina é, muitas vezes, a base da diversificação de culturas. No Mato Grosso do Sul, o desafio não é apenas produzir, mas garantir que a pequena unidade familiar consiga competir em um mercado dominado por commodities.

Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) indicam que mais de 70 mil famílias sul-mato-grossenses vivem da terra, contando com o suporte fundamental de órgãos como a Agraer. O papel da extensão rural é o que permite a essas famílias o acesso ao conhecimento técnico e às políticas de crédito. Contudo, como aponta Brumer (2004), o alcance desses serviços ainda é permeado por uma visão masculina do "chefe de família". O Censo revela que a proporção de mulheres como responsáveis legais pelas propriedades no MS permanece significativamente inferior à dos homens, o que evidencia que o poder de decisão institucional e a titularidade da terra ainda são barreiras estruturais para as agricultoras do estado.

Além disso, o cenário agrário estadual é fortemente influenciado pelos Assentamentos de Reforma Agrária, que se tornaram polos de resistência e produção em municípios como Naviraí. Para Silva (2019), o desenvolvimento rural no estado só pode ser compreendido se analisarmos o papel das mulheres como gestoras do "trabalho miúdo" — a horta, a pequena criação e o beneficiamento de alimentos. É essa economia de base que sustenta as feiras livres e garante que, apesar da hegemonia da monocultura, a biodiversidade alimentar do Mato Grosso do Sul seja preservada.

## 2.1 A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E O EXCEDENTE COMERCIALIZÁVEL

Para compreender a robustez da agricultura familiar em Naviraí, é preciso analisar a lógica da produção para o autoconsumo. Conforme apontam Contini, Lima-Filho e Dresch (2012), o Mato Grosso do Sul possui um perfil de produção diversificada em seus territórios rurais que visa, primeiramente, a subsistência da unidade familiar. Essa prática não é apenas uma estratégia econômica, mas um pilar de segurança alimentar que protege a família rural das oscilações de preço do mercado externo.

Os autores destacam que essa produção, geralmente realizada nos arredores da residência — o chamado "quintal" —, é onde se concentra a maior variedade de nutrientes, como hortaliças, pequenos animais e frutas. No contexto de Naviraí, essa dinâmica é essencialmente feminina. A mulher agricultora é quem gere esse sistema complexo de autoconsumo. O que se observa na Feira do Galo é, muitas vezes, o escoamento do excedente dessa produção.

Dessa forma, o trabalho de Contini et al. (2012) ajuda a explicar por que os produtos da feira têm preços tão competitivos: eles nascem de uma estrutura produtiva cujo custo fixo já foi absorvido pela



manutenção da própria família. O que sobra da mesa do Assentamento Juncal ou do Distrito Verde torna-se a moeda de troca e a fonte de autonomia financeira para as mulheres, transformando o "valor de uso" do alimento em "valor de troca" na feira urbana.

### **3. A MULHER E A AGRICULTURA EM NAVIRAÍ-MS**

No município de Naviraí-MS, a agropecuária é o esteio da economia local. A agricultura familiar destaca-se como fonte primária de renda para diversas comunidades, mas a desigualdade de gênero é latente. O IBGE (2017) aponta que menos de 10% dos produtores rurais locais são mulheres. Esse dado não reflete a ausência feminina no trabalho, mas sim a sua exclusão da titularidade das propriedades e da gestão formal, reforçando a necessidade de um olhar atento sobre a realidade das mulheres rurais navarienses.

#### **3.1 GÊNERO E PATRIARCADO NO MEIO RURAL**

As relações de gênero no campo são alicerçadas em estruturas patriarcais que moldam o comportamento e a distribuição de poder. Silva (2019) argumenta que a família rural atua como uma câmara de eco para ideologias machistas, onde o homem é o detentor natural da palavra e da decisão. Esse patriarcado não apenas dita quem manda, mas define quem é visto como "produtor" e quem é visto apenas como "companheira".

A dominação masculina no campo não é apenas financeira, mas simbólica e estrutural. A propriedade da terra e os equipamentos agrícolas são, em sua maioria, registrados em nome do "chefe da família". Sobre essa construção do poder masculino na agricultura, Silva (2019) esclarece que:

O patriarcado, enquanto sistema de dominação-exploração, sustenta-se na apropriação do corpo e do trabalho das mulheres pelos homens. No meio rural, essa estrutura é acentuada pela propriedade da terra, que historicamente foi negada às mulheres, relegando-as a uma posição de dependência e subordinação dentro da unidade produtiva familiar (SILVA, 2019, p. 2101).

Essa realidade descrita pela autora reflete o cenário de Naviraí-MS, onde a baixa porcentagem de mulheres titulares das terras (menos de 10%) não indica falta de trabalho, mas a persistência de um modelo de herança e gestão que privilegia o gênero masculino.

#### **3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INVISIBILIDADE FEMININA**

A divisão sexual do trabalho no campo cria uma hierarquia perversa. De um lado, o trabalho "pesado" e mecanizado do homem é valorizado; de outro, o trabalho minucioso e diversificado da mulher é naturalizado como extensão das tarefas domésticas. Brumer (2004) esclarece que essa desvalorização ocorre porque as atividades femininas são confinadas ao espaço reprodutivo e ao cuidado. Assim, a



agricultora que cuida da horta e dos animais é vista apenas como "ajudante", o que apaga sua identidade profissional e dificulta seu acesso a direitos trabalhistas.

A desvalorização do trabalho feminino na agricultura familiar ocorre através de um processo de "naturalização" das tarefas. O que a mulher faz na horta ou no cuidado com os animais de pequeno porte é visto como um prolongamento do cuidado com os filhos. Brumer (2004) define essa barreira de percepção:

A subordinação das mulheres no trabalho rural está estreitamente vinculada à ideologia da domesticidade, que define as atividades femininas como 'ajuda', independentemente da intensidade ou da importância econômica do que produzem. Essa classificação retira da mulher a identidade de trabalhadora e agricultora, dificultando seu acesso à seguridade social e ao reconhecimento profissional (BRUMER, 2004, p. 215).

Portanto, ao observar a Feira do Galo em Naviraí, percebe-se que o esforço para estar ali vendendo o produto é a ponta de um iceberg de uma jornada que começou na "ajuda" invisível dentro da propriedade, muitas vezes sem qualquer remuneração direta.

### **3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES RURAIS**

A superação dessa invisibilidade passa obrigatoriamente pelo Estado. O fortalecimento do PRONAF Mulher e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representam marcos de autonomia. Conforme a CONAB (2020), a expressiva participação feminina no PAA demonstra o protagonismo das mulheres na diversificação alimentar. Quando a política pública reconhece a mulher como fornecedora, ela deixa de ser invisível para se tornar uma agente econômica ativa.

A superação da invisibilidade feminina no campo passa, obrigatoriamente, pela mediação do Estado através de políticas que reconheçam a especificidade do trabalho das agricultoras. O fortalecimento de linhas de crédito como o PRONAF Mulher e de estratégias de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam marcos fundamentais na busca pela autonomia.

Conforme a CONAB (2020), as mulheres têm ocupado um papel protagonista no PAA, sendo responsáveis pela maior parte da diversificação dos produtos entregues, que variam de hortaliças frescas a produtos beneficiados com valor agregado. Essa inserção é estratégica: quando a política pública emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) — agora substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) — em nome da mulher, ela deixa de ser uma figura acessória para se tornar uma fornecedora oficial do Estado.

Contudo, o acesso a essas políticas não é isento de barreiras. Schwendler (2019) aponta que a burocracia estatal e a falta de documentos pessoais ou da propriedade muitas vezes impedem que a agricultora acesse o crédito de forma independente. Sobre essa relação entre o Estado e o reconhecimento do trabalho feminino, a autora observa:



A política pública para as mulheres rurais não deve ser apenas uma extensão das políticas agrícolas gerais. Ela precisa considerar a desigualdade de tempo imposta pela tripla jornada e a dificuldade histórica de acesso à terra. Sem uma assistência técnica que entenda essas especificidades, os recursos do PRONAF Mulher, por exemplo, correm o risco de serem geridos pelos maridos, mantendo a mulher em uma posição de subordinação econômica (SCHWENDLER, 2019, p. 88).

Além disso, em municípios como Naviraí-MS, a eficácia dessas políticas depende da articulação local. O papel de órgãos como a Agraer torna-se central no suporte para que essas mulheres organizem suas associações e cooperativas. A participação feminina no PNAE, por exemplo, garante que a produção do "quintal" chegue às mesas das escolas municipais, gerando uma renda mensal que é, muitas vezes, a única fonte de dinheiro controlado inteiramente pela mulher.

Portanto, as políticas públicas funcionam como um mecanismo de "desfamiliarização" da renda. Ao receber o pagamento em sua própria conta bancária ou em seu nome, a agricultora rompe com a lógica da "renda única familiar" gerida pelo homem, consolidando seu status de cidadã produtiva e agente de transformação no território onde vive.

### **3.4 AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPODERAMENTO FEMININO**

O empoderamento não é apenas um conceito social, mas uma mudança prática na balança de poder familiar. Como bem observa Bem (2020), a conquista da autonomia econômica — o acesso ao próprio dinheiro — é o que permite à mulher romper com padrões tradicionais de submissão. Ao gerarem renda própria, as agricultoras de Naviraí e de todo o país conquistam voz nas decisões sobre o que plantar, onde investir e como gerir o futuro da propriedade.

Um exemplo emblemático dessa transformação no município é a AMAJU (Associação das Mulheres do Assentamento Juncal). A criação de uma associação exclusivamente feminina no Assentamento Juncal representa um rompimento com a estrutura de representação tradicional, muitas vezes dominada por homens. Através da união coletiva, as mulheres da AMAJU deixam de ser unidades isoladas em seus lotes para se tornarem um grupo organizado com poder de negociação.

A AMAJU atua como um catalisador da produção diversificada e do beneficiamento de alimentos. No Assentamento Juncal, a associação permite que as mulheres acessem de forma conjunta as políticas públicas citadas anteriormente, como o PAA e o PNAE. Quando a associação entrega a produção de hortaliças, pães e doces para a merenda escolar de Naviraí, ela garante que o recurso financeiro retorne diretamente para as mãos das produtoras, fortalecendo sua posição como mantenedoras da família.

Nesse sentido, a participação das integrantes da AMAJU na Feira do Galo não cumpre apenas uma função comercial; é uma forma de emancipação política. Bem (2020) ressalta o caráter transformador dessa autonomia:



A autonomia econômica das mulheres rurais atua como um elemento desestabilizador das relações de poder tradicionais. Ao ter o controle sobre o resultado financeiro de seu trabalho, a mulher passa a exigir participação nas decisões sobre os investimentos da família e o futuro da produção, deixando de ser apenas executora para tornar-se gestora (BEM, 2020, p. 45).

Dessa forma, a AMAJU simboliza a transição do trabalho de "ajuda" para o trabalho associado e profissionalizado. A existência da associação em Naviraí prova que, quando as mulheres do campo se organizam, elas conseguem superar barreiras de infraestrutura e logística, transformando o "quintal" produtivo em um negócio sustentável que sustenta não apenas a casa, mas a economia do município.

### **3.5 AGROECOLOGIA, BIODIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR: O PAPEL DAS GUARDIÃS**

A participação das mulheres na agricultura familiar de Naviraí-MS transcende a geração de renda; ela é o pilar da segurança alimentar e nutricional da região. Historicamente, as mulheres são as "guardiãs de sementes" e as responsáveis pela manutenção da biodiversidade nos quintais produtivos. Enquanto o modelo de agricultura patronal foca na monocultura de larga escala voltada à exportação, a produção feminina observada na Feira do Galo caracteriza-se pela policultura e, frequentemente, pela adoção de práticas agroecológicas que respeitam os ciclos naturais.

Essa inclinação para a agroecologia não é casual, mas fruto de uma construção histórica e social do cuidado. Como as mulheres geram o consumo doméstico e são as principais responsáveis pela nutrição familiar, há uma preocupação intrínseca com a qualidade do alimento que chega à mesa. Schwendler (2019) observa que a transição para modelos agrícolas sem o uso de agrotóxicos é, em grande medida, liderada por mulheres, que percebem precocemente os danos à saúde causados pelo modelo químico-dependente, tanto nos membros da família quanto no ecossistema local.

Assim, ao comercializarem produtos "limpos" e beneficiados em Naviraí, essas agricultoras não apenas promovem a saúde pública local, mas também preservam o solo, a agrobiodiversidade e os recursos hídricos dos assentamentos, como o Juncal. A atuação das associadas da AMAJU exemplifica essa resistência; ao diversificarem a produção para atender ao PNAE e ao PAA, elas garantem que alimentos livres de contaminantes cheguem às escolas municipais, fortalecendo a rede de segurança alimentar do município.

A produção de alimentos para o autoconsumo, muitas vezes invisibilizada por não passar diretamente pelos circuitos mercantis convencionais, é o que garante a resiliência das famílias em momentos de crise econômica ou flutuação de preços de commodities. O quintal gerido pela mulher é um sistema produtivo complexo, funcionando como um banco de germoplasma vivo que oferece proteína animal, frutas de época, hortaliças e ervas medicinais.

Essa diversidade reduz drasticamente a dependência de insumos externos e fortalece a soberania alimentar do território naviraíense. O empoderamento discutido anteriormente encontra aqui sua base material: a autonomia sobre o que plantar e como cultivar permite que a mulher rural de Naviraí



rompa com a lógica da dependência química e financeira, consolidando o assentamento como um espaço de produção de vida e não apenas de mercadorias. Conforme Segabinazi (2013), essa visão sistêmica da propriedade é o que define a nova gestão feminina no agro, onde a eficiência econômica se une à responsabilidade socioambiental.

### **3.6 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: DIÁLOGOS E RESISTÊNCIAS**

O feminismo no campo, conforme consolidado pelas trajetórias dos movimentos sociais rurais no Brasil, não pode ser compreendido sob as mesmas lentes do feminismo urbano liberal. Ele se configura como o Feminismo Camponês e Popular, uma vertente que emerge das contradições vividas pelas mulheres nas florestas, nas águas e no campo. Segundo Santos e Betto (2021), esse feminismo é construído a partir do diálogo entre a luta pela terra e a luta contra a dominação patriarcal, defendendo que não há emancipação da mulher sem a transformação das estruturas de produção.

Para as autoras, o feminismo camponês e popular coloca no centro do debate a reprodução da vida e a soberania alimentar. Em Naviraí, essa perspectiva teórica materializa-se na atuação das mulheres da AMAJU. Ao se organizarem coletivamente, essas agricultoras não buscam apenas o lucro, mas a defesa de um modo de vida que respeite o tempo da natureza e a dignidade humana. Santos e Betto (2021, p. 08) destacam que:

"O feminismo camponês e popular afirma a agroecologia como um projeto político e de vida, contrapondo-se ao modelo do agronegócio que exclui, envenena e invisibiliza o trabalho feminino."

Nesse sentido, a participação das mulheres na Feira do Galo é uma expressão prática desse feminismo. Ao comercializarem produtos diversificados e limpos, elas exercem o que Santos e Betto chamam de "politização do cotidiano". A feira deixa de ser apenas um mercado para se tornar um espaço onde a identidade camponesa é reafirmada e onde o trabalho doméstico, transformado em produto artesanal (queijos, pães, hortaliças), ganha status de trabalho produtivo e político.

Dessa forma, o feminismo em Naviraí não é uma teoria importada, mas uma estratégia de sobrevivência e resistência. Através da organização coletiva, as mulheres superam o isolamento doméstico e passam a questionar a lógica patriarcal que as mantinha como coadjuvantes na gestão da terra. O feminismo camponês e popular, portanto, fornece as ferramentas simbólicas para que a "ajuda" seja finalmente reconhecida como o pilar central da economia familiar e da sustentabilidade rural do Mato Grosso do Sul.

Essa é mais uma obra fundamental que consolida a base teórica sobre o Feminismo Camponês e Popular. O artigo de Calaça, Conte e Cinelli (2018) é especialmente valioso para o seu trabalho porque ele foca na construção coletiva e na história de como as mulheres rurais passaram a se ver como sujeitos políticos.

#### **3.6.1 A organização coletiva como base da emancipação**

A consolidação do feminismo no campo não ocorre de forma isolada, mas através de processos históricos de organização. Segundo Calaça, Conte e Cinelli (2018), o feminismo camponês e popular é



fruto de uma construção coletiva que permitiu às mulheres rurais romperem com o silenciamento imposto pelo patriarcado. As autoras argumentam que a participação em grupos, associações e movimentos sociais é o que possibilita a transição da "consciência de si" para a "ação política".

No contexto de Naviraí-MS, essa trajetória coletiva é perfeitamente ilustrada pela **AMAJU**. Ao se unirem, as mulheres do Assentamento Juncal deixam de enfrentar os desafios da produção e do machismo de forma solitária. Calaça, Conte e Cinelli (2018, p. 1162) destacam que:

"O feminismo camponês e popular não é um conceito pronto, mas um processo pedagógico e organizativo. Ao se organizarem, as mulheres passam a questionar não apenas a falta de renda, mas a divisão sexual do trabalho, a violência e a exclusão dos espaços de poder dentro e fora de casa."

Essa perspectiva teórica ajuda a explicar a resiliência das feirantes na Feira do Galo. A feira não é apenas um local de venda, mas um espaço de encontro onde a identidade de agricultora é validada pelo coletivo. Conforme apontam as autoras, essa união permite que as mulheres desenvolvam uma resistência contra o modelo de desenvolvimento excludente do agronegócio patronal, reafirmando o campo como um lugar de vida, cultura e autonomia.

Portanto, a existência da AMAJU em Naviraí é a materialização do que Calaça et al. (2018) definem como o fortalecimento do sujeito político feminino. Quando essas mulheres decidem juntas o que produzir para o PNAE ou como organizar suas bancas na feira, elas estão exercendo uma prática feminista que desestabiliza as hierarquias tradicionais da propriedade rural e projeta a agricultura familiar como um setor moderno, profissionalizado e, acima de tudo, protagonizado por mulheres.

#### **4. METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, que, conforme Minayo (2012), ocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Este método é o mais adequado para compreender as nuances das relações de gênero e o cotidiano das mulheres na agricultura familiar em Naviraí-MS.

##### **4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E TRABALHO DE CAMPO**

O método de procedimento adotado foi a observação participante. Esta técnica permite que o pesquisador mantenha um contato direto com o fenômeno observado em seu próprio contexto, captando não apenas o que é dito, mas os comportamentos e as interações sociais em tempo real.

O cenário escolhido para o trabalho de campo foi a Feira de Agricultura Familiar de Naviraí-MS (Feira do Galo). Este local foi selecionado por ser o principal ponto de convergência entre a zona rural e urbana do município, funcionando como um "laboratório social" onde as mulheres deixam o isolamento da propriedade para assumirem o papel de protagonistas na comercialização.

##### **4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE**



A coleta de dados estruturou-se em três eixos fundamentais durante as visitas à feira:

1. **Registro em Diário de Campo:** Anotações sistemáticas sobre a dinâmica de trabalho das mulheres na feira (quem monta a banca, quem negocia com o cliente, quem transporta a mercadoria).
2. **Conversas Informais e Relatos:** Interações que permitiram coletar histórias de vida, abordando desde a origem dos produtos até os desafios enfrentados na gestão da propriedade.
3. **Observação das Relações de Gênero:** Análise da presença masculina nas bancas dirigidas por mulheres, buscando identificar se a autonomia feminina na comercialização é plena ou mediada pela figura do cônjuge/familiar.

**Nota Metodológica:** A análise dos dados seguiu a técnica de **Análise de Conteúdo**, buscando identificar padrões nos relatos das agricultoras que corroborassem ou refutassem os conceitos de "invisibilidade" e "patriarcado" discutidos por Brumer (2004) e Silva (2019).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados durante a observação participante na Feira do Galo revelam uma realidade multifacetada. Observou-se que as mulheres de Naviraí-MS desempenham um papel onipresente: elas são responsáveis desde a seleção das sementes e o plantio das hortaliças até o preparo de produtos beneficiados (como queijos, doces e pães) e a comercialização direta.

Contudo, essa atuação ativa contrasta com as limitações estruturais de gênero. Ao analisar as interações na feira, notou-se que, embora a mulher seja a face visível da venda, a gestão financeira e o planejamento da produção ainda sofrem forte interferência masculina. Esse cenário corrobora a tese de Schwendler (2019), ao afirmar que a inserção da mulher no trabalho produtivo não garante, automaticamente, sua inclusão nos processos de decisão estratégica da unidade familiar.

### 5.1 A FEIRA COMO ESPAÇO DE VISIBILIDADE E CONFLITO

A Feira do Galo surge como um território de ambiguidade. Se por um lado a divisão sexual do trabalho — discutida por Brumer (2004) — tenta confinar a mulher ao cuidado doméstico, a feira a obriga a ocupar o espaço público. Durante as observações, foi possível notar:

- **O Protagonismo na Comercialização:** As mulheres demonstram maior habilidade na negociação e no atendimento ao cliente, dominando o conhecimento técnico sobre as propriedades dos alimentos.
- **A Tripla Jornada:** Relatos informais indicam que a preparação para o dia da feira começa muito antes da abertura dos portões, acumulando-se com as tarefas de cuidado (casa e filhos), evidenciando o que Silva (2019) denomina como a sobrecarga da mulher rural no sistema patriarcal.

#### 5.1.1 A materialização do trabalho feminino: diversidade e beneficiamento



A riqueza da participação feminina em Naviraí-MS materializa-se na diversidade de produtos expostos nas bancas da Feira do Galo. Durante as observações, notou-se que as mulheres não entregam apenas matéria-prima, mas produtos com alto valor agregado através do beneficiamento artesanal. A produção vai muito além do cultivo básico, revelando um domínio técnico sobre processos de transformação de alimentos que são passados entre gerações.

Entre os itens de maior destaque, observou-se uma vasta linha de panificados e confeitaria, com pães caseiros de massa sovada, bolos de milho, mandioca e sabores variados, que demonstram o aproveitamento integral dos insumos da própria propriedade. O queijo artesanal e o doce de leite, muitas vezes produzidos a partir do excedente da pecuária leiteira do Assentamento Juncal, configuraram-se como os produtos de maior valor comercial e aceitação do público urbano.

Além dos produtos processados, a seção de hortifrutigranjeiros revela o vigor da policultura feminina. Notou-se uma oferta constante de hortaliças folhosas (alface, couve, rúcula) e temperos frescos, que se destacam pelo aspecto visual de frescor, indicando colheitas realizadas poucas horas antes da feira. A presença desses alimentos reforça a tese de Schwendler (2019) sobre a importância da mulher na diversificação produtiva: enquanto a lavoura principal da região foca em poucas variedades, o "quintal" da mulher provê uma farmácia e uma despensa viva, garantindo a biodiversidade alimentar de Naviraí.

Essa variedade de bolos, pães e verduras não representa apenas mercadoria; representa a autonomia técnica da mulher rural. Cada produto rotulado com o nome da produtora ou da AMAJU funciona como um certificado de competência, desafiando a lógica patriarcal que tentava confinar essas habilidades ao ambiente privado da cozinha doméstica. Na feira, o pão e o queijo tornam-se instrumentos de poder econômico e reconhecimento social.

## **5.2 DINÂMICAS DE COMERCIALIZAÇÃO E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO NA FEIRA DO GALO**

Um aspecto determinante para o sucesso da Feira do Galo e para a sustentabilidade econômica das agricultoras de Naviraí é a política de preços e o modelo de atendimento. Durante a observação participante, constatou-se que os preços praticados são significativamente inferiores aos encontrados nos supermercados convencionais da zona urbana.

Essa competitividade de preços justifica-se pela ausência de atravessadores, permitindo que a margem de lucro fique diretamente com a produtora, ao mesmo tempo em que oferece um alimento mais acessível à população. Como aponta Bem (2020), a comercialização direta é o que viabiliza a autonomia financeira da mulher rural, pois ela retém o valor que, no mercado tradicional, seria diluído na cadeia de logística e distribuição.

Além do fator econômico, o atendimento personalizado surge como um diferencial competitivo. Existe uma relação de proximidade e confiança entre feirante e consumidor, o que cria um "ambiente acolhedor" que os mercados industriais não conseguem replicar. Esse atendimento, marcado pelo diálogo e pela troca de receitas e saberes, humaniza o consumo e reforça a valorização do trabalho no campo.



### 5.2.1 Perfil dos Feirantes e Origem da Produção

No que tange ao perfil demográfico, observou-se que a grande maioria dos expositores é composta por pessoas acima dos 35 anos, evidenciando uma maturidade na gestão das propriedades. Esse dado também acende um alerta sobre a sucessão rural: a presença predominante de adultos e idosos reforça a discussão anterior sobre a necessidade de políticas que incentivem a permanência das jovens mulheres no campo.

A procedência dos produtos revela a capilaridade da agricultura familiar em Naviraí-MS. As bancas são abastecidas por diversas propriedades rurais do município, com destaque para:

- **Assentamento Juncal:** Notório pela força da AMAJU e pela produção de hortaliças e produtos beneficiados;
- **Distrito Verde:** Polo importante de hortifrutigranjeiros;
- **Demais propriedades locais:** Que compõem um cinturão verde essencial para o abastecimento do município.

Essa diversidade de origens geográficas mostra que a Feira do Galo é o ponto de convergência da resistência rural de Naviraí. A união de produtoras de diferentes regiões em um único espaço público fortalece a identidade da mulher agricultora sul-mato-grossense, transformando a feira em um centro de escoamento da biodiversidade regional e de reafirmação do papel social dessas mulheres.

### 5.3 O Patriarcado e a Gestão da Propriedade

Ainda que a feira dê visibilidade ao trabalho feminino, a estrutura de poder na propriedade rural em Naviraí permanece, em grande parte, centralizada no homem. As observações mostraram que grandes investimentos ou mudanças na cultura principal da propriedade raramente passam pela decisão final da mulher, ficando esta restrita ao "quintal" ou às culturas de subsistência. Essa hierarquia confirma as ideologias do patriarcado mencionadas por Silva (2019), que normatizam a liderança masculina como natural, mesmo quando a execução prática do trabalho é majoritariamente feminina.

A centralização das decisões na figura masculina, observada nas propriedades de Naviraí, não é um fato isolado, mas o reflexo de uma construção social que hierarquiza os espaços da propriedade. Enquanto o homem domina o "roçado" e as culturas de renda (como soja ou grandes lavouras de milho), a mulher é confinada ao entorno da casa. Sobre essa divisão espacial e de poder, Silva (2019) afirma:

A divisão do espaço produtivo na unidade familiar é também uma divisão de poder. Ao homem pertencem os espaços de visibilidade econômica e a tecnologia; à mulher, reserva-se o espaço do entorno, o 'quintal', cujas atividades, embora fundamentais para a reprodução da vida e da família, são socialmente classificadas como menores ou meramente complementares. Essa estrutura mantém a gestão da propriedade sob um rígido controle patriarcal, que invisibiliza a competência técnica feminina (SILVA, 2019, p. 2103).



Essa lógica teórica manifesta-se claramente no cotidiano das agricultoras de Naviraí, durante a observação na Feira do Galo, que o domínio feminino sobre a horta e os produtos beneficiados — embora gere renda imediata para a família — muitas vezes não se traduz em poder de voto nas decisões macro da propriedade, como a compra de maquinários ou a contratação de crédito agrícola. A liderança masculina é aceita como "natural", conforme aponta a autora, o que cria um teto de vidro para a ascensão da mulher à posição de gestora plena.

#### **5.4 CONCLUSÃO DOS RESULTADOS: O PARADOXO DA INVISIBILIDADE NA VISIBILIDADE**

Em suma, os resultados apontam que a participação feminina na agricultura familiar de Naviraí é o sustentáculo da Feira do Galo. No entanto, emerge aqui o que se pode chamar de paradoxo da visibilidade: embora a mulher seja a face pública da comercialização na feira, ela permanece, muitas vezes, invisível nos registros oficiais da propriedade e nas estatísticas de crédito rural. O reconhecimento formal desse trabalho ainda esbarra em preconceitos culturais arraigados e na histórica falta de titularidade da terra.

Como discutido, a feira não é apenas um local de trocas econômicas; ela se transmuta em um espaço de resistência simbólica. É o território onde a mulher transita da "ajuda" doméstica para o protagonismo econômico, desafiando a lógica de que o espaço público e o domínio do dinheiro pertencem apenas ao homem.

#### **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo permitiu compreender que a participação das mulheres na agricultura familiar em Naviraí-MS é um elemento vital, porém paradoxal, da estrutura produtiva local. Por meio da observação realizada na Feira do Galo, ficou evidente que a mulher não apenas "auxilia", mas protagoniza etapas essenciais da cadeia produtiva, desde o manejo agroecológico e o cultivo sustentável até o complexo processo de beneficiamento (transformação da matéria-prima) e o diálogo direto com o consumidor final.

A pesquisa demonstrou que a feira se configura como um território estratégico de empoderamento psicossocial. Ao sair do isolamento da propriedade rural e ocupar a praça pública, a agricultora de Naviraí rompe com o confinamento doméstico. Esse movimento permite que ela se reconheça como trabalhadora e sujeito político. Contudo, o peso das estruturas patriarcais — discutidas sob a lente de Silva (2019) e Brumer (2004) — ainda projeta sombras sobre essa autonomia, manifestando-se na sobrecarga da tripla jornada (trabalho produtivo, reprodutivo e comercial) e na exclusão das decisões de alto investimento na propriedade.

Um ponto crítico identificado, que merece atenção em estudos futuros, é a questão da sucessão rural. Sem o reconhecimento do protagonismo feminino, as jovens rurais de Naviraí tendem a buscar na cidade as oportunidades de autonomia que o campo lhes nega, o que coloca em risco a continuidade das unidades familiares de produção.



Para que a igualdade constitucional mencionada pela ANOREG-SP (2018) deixe de ser apenas um texto legal e se torne realidade no Mato Grosso do Sul, as considerações finais deste trabalho apontam para a necessidade de:

- **Humanização da Assistência Técnica:** É imperativo que órgãos como a Agraer implementem metodologias de extensão rural que falem diretamente com as mulheres, validando o conhecimento acumulado nos "quintais" e incentivando sua profissionalização técnica.
- **Políticas de Crédito Desburocratizadas:** O fortalecimento do PRONAF Mulher deve vir acompanhado de uma revisão das exigências de titularidade, garantindo que a agricultora de Naviraí possa acessar recursos independentemente da anuência ou assinatura do cônjuge em casos de propriedades familiares comuns.
- **Educação para o Gênero no Campo:** Promoção de espaços de sensibilização cultural para as famílias rurais, visando desconstruir a ideia de que o trabalho feminino é uma "extensão do lar", combatendo a naturalização da desigualdade desde a base familiar.

Em conclusão, a autonomia das mulheres rurais em Naviraí não é apenas uma demanda de justiça social, mas um requisito técnico para a sustentabilidade econômica da região e para a segurança alimentar do estado. Espera-se que este estudo contribua para retirar o véu da invisibilidade que encobre essas produtoras, cujas mãos, para além de cultivar o solo, tecem as redes de sobrevivência e desenvolvimento da agricultura familiar sul-mato-grossense.



## Referências Bibliográficas

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2024.

MATO GROSSO DO SUL. **Perfil Estatístico do Agronegócio**. Campo Grande: MS GOV, 2018. Disponível em: <http://www.ms.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2024.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Mulheres e agricultura familiar**: a luta pelo direito à terra e pela soberania alimentar. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Patriarcado e relações de gênero no meio rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 2100-2115, out./dez. 2019

CONTINI, Daniel Jeffery; LIMA-FILHO, Dário de Oliveira; DRESCH, Leonardo de Oliveira. Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 203-212, jul./dez. 2012.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E FEMINISMOS: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular.

**Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. e021007, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33946>. Acesso em: 22 maio 2024.

CALAÇA, Michela Katiuscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>. Acesso em: 02 jan. 2026.



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação

**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

